



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Milton José Neves

3ª CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0139310-8

APELANTE: BANCO BMC S.A.

APELADA: JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 129/2010

5718  
Pernambuco

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA. DESPESAS COM ESTACIONAMENTO REMUNERADO NÃO DEMONSTRADAS. NEGATIVA DE PROVIMENTO AO APELO. 1.** A irresignação recursal não merece prosperar, pois inexiste, nos autos, qualquer prova da estadia do bem *sub judice* em estacionamento remunerado, bem como dos gastos pelo apelante com as respectivas diárias. Ademais, na petição inicial, não há informação de que o veículo, ao ser apreendido, deveria ser guardado no aludido local e tal fato, depois da efetivação da busca e apreensão, não fora comunicado, previamente, ao Juízo, o qual do mesmo só tomou conhecimento quando da purgação da mora pela ré. Logo, a guarda do bem em estacionamento remunerado fora decidida unilateralmente e, portanto, à revelia da parte contrária.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em negar provimento ao apelo.*

Recife, 17 de maio de 2010.

  
Des. Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

180 116  
2

**3ª CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0139310-8**

**APELANTE:** BANCO BMC S.A.

**APELADA:** JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**RELATÓRIO**

**Apelação Cível interposta por:**

BANCO BMC S.A.

**Contra sentença proferida em:**

Ação de busca e apreensão.

**Da lavra do Juízo da:**

2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru.

**Na qual são partes:**

BANCO BMC S.A. (autor apelante) e JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS (ré apelada).

**Discute-se na causa, em síntese:**

A busca e apreensão de veículo garantido por alienação fiduciária, em razão de inadimplência da recorrida, bem como a purgação da mora oferecida por essa e a responsabilidade por diárias relativas ao período em que o bem apreendido permaneceu em estacionamento particular.

**O conteúdo da sentença pode ser resumido da seguinte forma:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

*A purgação da mora foi efetuada, acordando a parte autora sobre os depósitos. Insiste, contudo, no acréscimo da taxa de estacionamento particular onde se encontra o bem apreendido.*

*Neste particular, não lhe cabe nenhuma razão. Primeiro, porque tal encargo não fora pactuado contratualmente; segundo, porque tal decisão foi tomada pela própria autora, sem anuência da parte ré; por último, o depositário do bem foi pessoa indicada pela autora.*

*Assim, a decisão de colocar o bem em depósito particular, foi única e exclusivamente da autora, não cabendo agora responsabilizar a ré por tal proceder, atribuindo-lhe responsabilidade moratória não pactuada.*

*Isso posto, com fundamento no artigo 269, II, do CPC, declaro extinto o processo.*

**A parte apelante não suscitou nenhuma preliminar.**

**No mérito, alega a parte apelante, em síntese:**

*Inexistência de subsídio jurídico ao *decisum* vergastado, ao divisar que esse não se baseia em qualquer legislação e jurisprudência pátria, merecendo, então, ser reformado.*

*Aduz que o descumprimento contratual da apelada lhe compeliu a ajuizar a presente ação e, por isso, aludida parte deve arcar com as despesas alusivas à estadia do veículo apreendido em estacionamento remunerado.*

**Embora intimada, a apelada não apresentou contrarrazões.**

**É o relatório. Feito que se submete à revisão.**

Recife, 13 de maio de 2010

*Milton José Neves*  
Desembargador Milton José Neves  
Relator



182118

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

VOTO

**MÉRITO**

**Ementa:** Processual Civil. Apelação cível. Busca e apreensão. Purgação da mora. Despesas com estacionamento remunerado não demonstradas. Negativa de provimento ao apelo. 1. A irresignação recursal não merece prosperar, pois inexistente, nos autos, qualquer prova da estadia do bem *sub judice* em estacionamento remunerado, bem como dos gastos pelo apelante com as respectivas diárias. Ademais, na petição inicial, não há informação de que o veículo, ao ser apreendido, deveria ser guardado no aludido local e tal fato, depois da efetivação da busca e apreensão, não fora comunicado, previamente, ao Juízo, o qual do mesmo só tomou conhecimento quando da purgação da mora pela ré. Logo, a guarda do bem em estacionamento remunerado fora decidida unilateralmente e, portanto, à revelia da parte contrária.

A fim de facilitar o deslinde da controvérsia perante este órgão julgador, enfrentarei as questões meritórias dividindo-as em tópicos:

\* \* \*

**A respeito da tese recursal de mérito:**

Obrigação da recorrida em arcar com diárias no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), pelo tempo em que o veículo apreendido permaneceu em estacionamento particular.

**Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:**

A irresignação recursal não merece prosperar, pois inexistente nos autos qualquer prova da estadia do bem demandado no referido estacionamento, bem como dos gastos pelo apelante com aludidas diárias.

Ademais, na petição inicial, não há informação de que o veículo, ao ser apreendido, deveria ser guardado em estacionamento remunerado. A propósito, quando da efetivação da busca e apreensão, fora nomeado como fiel depositário o Sr. Rosivaldo França Costa e, posteriormente, não veio o



183 119

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

---

banco autor informar ao Juízo a necessidade de guarda do bem no estacionamento reportado, o qual, como visto, fora eleito de forma unilateral e, portanto, à revelia da parte contrária.

**Como resultado do meu voto:**

Nego provimento ao apelo.



184 115

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível nº 139310-8**  
**Apelante – BANCO BMC S/A**  
**Apelado – JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS**  
**Relator - DES. MILTON JOSÉ NEVES**  
**Revisor - DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**REVISÃO**

Trata-se o presente, de Apelação Cível Interposta por Banco BMC S/a irresignado com a sentença proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, que nos autos da Ação de Busca e Apreensão movida contra Juliana Rodrigues dos Santos, decretou a extinção do processo sob a afirmativa de que a decisão de colocar o bem em depósito foi de responsabilidade única da autora.

Ordenada a busca e apreensão do bem alienado e depois de remetidos os autos ao Contador a Apelada purgou a mora, no valor do débito e dos acréscimos incidentes, salvo a importância concernente ao depósito do bem apreendido.

Pago o valor devido o juiz extinguiu o processo com o julgamento do mérito, em face da satisfação da pretensão formulada.

Ora, não encontro nos autos nada relacionado a despesa com depósito do veículo apreendido, pelo que entendo descabida tal pretensão.

Logo, não vejo razão para acolher o recurso promovido.

Assim, nego provimento ao apelo.

É como voto.

Reclfe,

13/5/10  
  
**Des. Silvio Beltrão**  
**Revisor**